

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LEONARDO BRUNO DA SILVA NASCIMENTO**

**A CONSTRUÇÃO DE UM INIMIGO:  
O BRASIL ASSOMBRADO POR COMUNISTAS**

**DELMIRO GOUVEIA/AL - BRASIL**  
**JUNHO/2022**

LEONARDO BRUNO DA SILVA NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DE UM INIMIGO:  
O BRASIL ASSOMBRADO POR COMUNISTAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO COMO REQUISITO PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LICENCIADO EM  
HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS - UFAL, CAMPUS DO SERTÃO.

ORIENTADOR: PROF. GERCINALDO MOURA

DELMIRO GOUVEIA/AL - BRASIL  
2022

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

LEONARDO BRUNO DA SILVA NASCIMENTO

## **A CONSTRUÇÃO DE UM INIMIGO: O BRASIL ASSOMBRADO POR COMUNISTAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
APRESENTADO COMO REQUISITO PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LICENCIADO EM  
HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS - UFAL, CAMPUS DO SERTÃO.

**ORIENTADOR: PROF. GERCINALDO  
MOURA**

### **Banca examinadora**

---

Prof.º Dr. Gercinaldo de Moura Medeiros

---

Prof.º Dr. Gustavo Manoel da Silva Gomes

---

Prof.º Dr. Pedro Abelardo de Santana

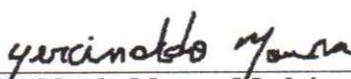
**DELMIRO GOUVEIA/AL - BRASIL  
2022**



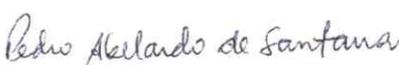
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DO TCC DE LEONARDO BRUNO DA SILVA  
NASCIMENTO NO DIA 15 DE JUNHO DE 2022**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, as 17:00 hs, na plataforma *Google Meet*, foi instalada a sessão pública para julgamento do Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelo discente do Curso de História, **Leonardo Bruno da Silva Nascimento** matriculado sob número 16112174, intitulado “**A construção de um inimigo: O Brasil assombrado por comunistas**”. Após a abertura da sessão, o Professor Gercinaldo de Moura Medeiros, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, o Professor Pedro Abelardo de Santana (Examinador interno – UFAL/Campus do Sertão) e o Professor Gustavo Manoel da Silva Gomes (Examinador interno – UFAL/Campus do Sertão). Foi dada a palavra ao autor, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do aluno e, em seguida, os comentários da banca. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o trabalho com a nota Nove e meio (9,5). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem é de direito. Campus Sertão\UFAL, Delmiro Gouveia\AL, 15 de junho de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Gercinaldo de Moura Medeiros (Orientador)**  
**Universidade Federal de Alagoas**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Gustavo Manoel da Silva Gomes**  
**Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Pedro Abelardo de Santana**  
**Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de começar agradecendo a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar muitos obstáculos, não apenas ao longo da realização deste trabalho, mas ao decorrer de toda minha graduação.

A decorrer desses anos de graduação por inúmeras vezes o desânimo tomou conta de mim, porém, o apoio de muitas pessoas me fizera persistir. A todos esses amigos/familiares, muito obrigado pela ajuda e palavras de apoio.

Muito obrigado também ao meu orientador Gercialdo Moura por me acolher, ao professor Gustavo Gomes pelos inúmeros ensinamentos e ao meu colega de turma Lucas Brito por sempre está à disposição para me ajudar, vocês contribuíram muito para a realização deste trabalho.

Por último, mas não menos importante gostaria de agradecer a minha amada esposa Myrella Nascimento, que permaneceu ao meu lado durante toda minha formação acadêmica me dando muito mais do que força de vontade para continuar seguindo em frente, me deu um sentido para tudo isso, obrigado meu amor.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1. AS MATRIZES DO PENSAMENTO ANTICOMUNISTA.....	8
2. O SURGIMENTO DO P.C. NO BRASIL.....	11
3. O ANTICOMUNISMO A PARTIR DE 1930 .....	16
3.2 Da Intentona de 1935 ao Golpe de Estado de 1937 .....	18
3.3 O início dos anos 1960 e o Golpe de Estado de 1964 .....	21
4. O ANTICOMUNISMO COMTEMPORÂNEO.....	27
5. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AIB</b>	<b>Ação Integralista Brasileira</b>
<b>ANL</b>	<b>Aliança Nacional Libertadora</b>
<b>CAMDE</b>	<b>Campanha da Mulher pela Democracia</b>
<b>CDF</b>	<b>Cruzada Democrática Feminina</b>
<b>EUA</b>	<b>Estados Unidos da América</b>
<b>IC</b>	<b>Internacional Comunista</b>
<b>LSN</b>	<b>Lei de Segurança Nacional</b>
<b>MSD</b>	<b>Movimento Sindical Democrático</b>
<b>PT</b>	<b>Partido dos Trabalhadores</b>
<b>PCB</b>	<b>Partido comunista brasileiro</b>
<b>PTB</b>	<b>Partido Trabalhista Brasileiro</b>
<b>REDETRAL</b>	<b>Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres</b>
<b>STF</b>	<b>Supremo Tribunal Federal</b>
<b>UCF</b>	<b>União Cívica Feminina</b>
<b>UNE</b>	<b>União Nacional dos Estudantes</b>
<b>U.R.S.S</b>	<b>União das Republicas Socialista Soviéticas</b>

## RESUMO

Neste artigo apresentaremos alguns elementos que apontem a formação do pensamento anticomunismo na tradição política do Brasil.

Nossa análise está baseada nos diversos momentos da história brasileira, em que o pensamento anticomunista se consolida, principalmente, em momentos de ruptura institucional a exemplo dos golpes de 1937 e 1964. Desse modo, esse artigo busca reconstruir alguns desses acontecimentos históricos e vai até o tempo presente, onde o anticomunismo é também um dos vários instrumentos discursivos utilizados na mobilização da sociedade brasileira, inclusive para rejeição de ideias e práticas progressistas.

A proposta principal foi promover uma reflexão crítica a respeito de como o pensamento anticomunista surge e como desde o início são criados instrumentos para sua institucionalização.

Neste trabalho tomamos Motta (2000) como referencial teórico. A metodologia utilizada nesse trabalho tem como foco a pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, política, anticomunismo.

# **A CONSTRUÇÃO DE UM INIMIGO: O BRASIL ASSOMBRADO POR COMUNISTAS**

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo busca analisar como os comunistas foram construídos enquanto inimigos do país na tradição política brasileira e como o discurso que os conferiu este lugar tem se arrastado até os dias atuais. Para tanto, utilizamos de revisão bibliográfica sobre o tema e estruturamos o artigo em três partes, que tratam, respectivamente, dos primeiros momentos do discurso anticomunista no país, período que vai até os anos 30 do século XX, uma segunda parte sobre os períodos mais importantes para a consolidação desse discurso, que são os anos de 1935 a 1937 e os primeiros anos da década de 60 até o golpe cívico-militar de 1964, e por último tratamos do tempo presente, onde pode-se observar um ressurgimento do discurso anticomunista, que em parte se assemelha com o discurso de outras épocas, mas que possui um peso diferente na mobilização política dos contemporâneos. Dentre as várias referências que serviram para fundamentação do nosso trabalho, se destaca, as pesquisas de Motta (2000; 2015) sobre o anticomunismo no Brasil.

### **1. AS MATRIZES DO PENSAMENTO ANTICOMUNISTA**

Conforme Motta (2000), nossa principal referência para discutir a tradição anticomunista no Brasil, são três as principais matrizes do pensamento anticomunista em solo nacional: o cristianismo, especialmente na vertente católica, o nacionalismo e o liberalismo. Com maior ou menor peso em cada período histórico, essas matrizes se fizeram presente na base discursiva do anticomunismo brasileiro.

No cristianismo, a Igreja Católica foi a instituição não-estatal que cumpriu o papel de maior inimigo do comunismo no século XX (MOTA, 2000). Seria o inimigo de última hora na série histórica dos inimigos dos cristãos e dos seus ideais, e que, em certa continuidade com os estragados da Reforma Protestante, almejava destruir a Igreja.

O comunismo passou a representar para a Igreja Católica uma encarnação do mal absoluto, uma força satânica. Ainda no século XIX, estes sujeitos e ideias indicados como comunistas e

socialistas entraram no radar da Igreja e o próprio papa Leão XIII, na primeira encíclica condenatória a esses movimentos revolucionários, alertou aos bispos que tomassem cuidado e instruísem os seus fiéis para que não incorressem nos erros pregados pelos revolucionários, que dessem atenção destacada aos operários, principais ovelhas na mira daqueles lobos (MOTTA, 2000, p. 36-37).

De fato, as ideias comunistas, para além das justificativas mitológicas e metafísicas, precipuamente a partir da corrente marxista-leninista eram antagônicas à doutrina cristã. A essa altura, o comunismo se:

Opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição a amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (MOTTA, 2000, p. 38-39).

Portanto, não apenas no Brasil, mas, em todo o Ocidente cristão o comunismo passaria a representar a maior ameaça dos últimos séculos, um perigo cada vez mais evidente conforme o avanço da União Soviética, a perseguição de instituições religiosas e a execução de religiosos, que, supostamente, conspiravam contra a revolução (MOTTA, 2000).

O auge do anticomunismo católico, segundo Mota (2000), ocorreu na década de 1930 com a Guerra Civil Espanhola, onde o assassinato de freiras e padres, a profanação de igrejas e objetos sagrados foram atribuídos aos comunistas pelos católicos. As ofensivas dos católicos contra os comunistas ressoaram no Brasil especialmente a partir de 1935, com um dos principais acontecimentos sobre o qual se erigiu o discurso anticomunista no país: a Intentona Comunista.

Nessa época percebia-se certo crescimento do comunismo no país, o grande medo da Igreja Católica era a cooptação dos fiéis pelos comunistas, o que era um intento real destes, tanto que houve a tentativa, pelo PCB, de diminuir a radicalização do comunismo em relação à religião, dissociando-se da imagem de doutrina ateuísta (MOTA, 2000). Uma estratégia necessária se queria-se aproximação com os seguimentos católicos da classe operária.

Houve grande esforço da Igreja Católica em combater o comunismo no Brasil. Esforço que pode ser observado nas diversas cartas pastorais escritas no país, orientando que os fiéis fossem instruídos contra o comunismo nas missas e em outras intervenções religiosas. Contudo, o discurso anticomunista católico teve maior efetividade na onda anticomunista da década de 1930. Na década de 1960, o seu papel foi secundário, ainda que fonte importante para o discurso anticomunista.

A segunda grande matriz do anticomunismo seria o nacionalismo. Conforme Mota (2000), houve entre os próprios comunistas a manifestação de ideais nacionalistas, porém o nacionalismo que embasou o discurso anticomunista se originou “em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão”, e os seus princípios giravam entorno da “defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem” (MOTTA, 2000, p. 50).

Para esse nacionalismo conservador, a ideologia comunista buscava romper a unidade da alma nacional, instigando a divisão da sociedade com a luta de classes (argumento ainda utilizado atualmente por conservadores), o que significaria a morte da nação. Nesse sentido, o comunismo era “o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional” (MOTTA, 2000, p. 51). Assim, as ligações dos comunistas brasileiros, especialmente do PCB, com a matriz soviética, seu caráter internacionalista, eram evidências do cancro que se instalava no país e ameaçava corroê-lo. Tratava-se de inimigos a serviço de uma potência estrangeira, traidores da pátria Brasil, cujo objetivo final era hastear a bandeira vermelha, a foice e o martelo, mesmo que ao custo do sangue dos irmãos brasileiro, como acusariam os conservadores depois da Intento de 1935.

O nacionalismo conservador esteve presente tanto na onda anticomunista da década de 1930 quanto na década de 1960, representando-os como conspiradores antipatrióticos, que pretendiam assumir o poder no país. Tanto o Golpe de Estado de 1937 quanto o de 1964 serviram-se dessa representação dos comunistas como golpistas iminentes para justificar a tomada de poder, como única solução para salvar o país dos vermelhos. Esta, aliás, é a principal hipótese de Mota (2000), de que o “anticomunismo foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira” (MOTTA, 2000, p. 13).

A terceira matriz do discurso anticomunista é o liberalismo, em suas duas faces, a do liberalismo político e a do liberalismo econômico. Conforme Motta (2000), os argumentos dos liberais contra o comunismo estavam concentrados no cerceamento dos direitos políticos, na sua indisposição à democracia liberal, e por ataque direto à propriedade privada, direito sagrado e inviolável. Para esse autor, o anticomunismo liberal seria a matriz mais frágil entre as três, começando na ausência de zelo pela coerência teórica do liberalismo brasileiro. Na primeira onda comunista, um fator que também limitou o anticomunismo liberal foi a ascensão dos autoritarismos em todo o mundo Ocidental, visão que apontava a necessidade de um Estado forte para lidar com as crises, além de, e

isto também vale para a década de 1960, o flerte das próprias elites com o autoritarismo, como o empresariado que apoiou o golpe de 1964.

## **2. O SURGIMENTO DO P.C. NO BRASIL**

Pode-se perguntar quando, em solo brasileiro, começam a germinar as primeiras sementes do discurso anticomunista que iria enraizar-se na tradição política de nosso país até os dias atuais. Ao que alguns autores respondem que o ponto de partida é a Revolução Russa de 1917, cujo ideário do comunismo de vertente marxista-leninista se espalhou mundo afora, chegando, também, ao Brasil. Segundo Motta (2000), logo após os acontecimentos revolucionários da Rússia o espectro comunista começou a rondar em solo brasileiro, com a imprensa desde o início mostrando seu desafeto por tais ideias.

As ideias comunistas emergem no Brasil já condenadas em algum grau. Não é de espantar, pois representam um horizonte revolucionário para uma sociedade capitalista onde as classes trabalhadoras são amplamente exploradas por uma minoria burguesa e uma grande oligarquia agrária, ambas pouco afeitas a reformas que melhorassem as condições de trabalho e ampliassem os direitos dos trabalhadores. É nessa previsível reatividade das classes dominantes que se pode buscar a origem da rejeição às ideias revolucionárias, e não apenas às ideias comunistas. Isso pode ser demonstrado quando se examina a história da classe operária brasileira e dos primeiros movimentos que se focaram na organização dessa classe, como o anarquismo.

Movimentos revolucionários como socialismo e comunismo pré-marxistas, anarquismos e/ou sindicalismo revolucionário podem ter algumas manifestações rastreadas entre o fim da década de 80 e o início da década de 90 do século XIX. Estas duas últimas tendências conquistaram maior relevância na primeira hora. Assim reconhece Spindel (1980), ao falar que “a atuação dos elementos anarquistas no início do século impulsionou o movimento operário brasileiro” (SPINDEL, 1980, p. 67).

Seja como for, para não cairmos em algum fetichismo por obsessão das origens, como diria Marc Bloc (2002, p. 56), devemos atentar para o fato de que é na Primeira República, para o que também é essencial o avanço da industrialização do país neste período, que esses movimentos puderam atuar e se desenvolver mais significativamente. Outro fator que contribuiu para a

intensificação da ação dos movimentos operários a partir desse momento foi a desilusão com a própria República recém-nascida, da qual se esperava uma mudança de rumos nas condições de vida do operariado, com a diminuição das desigualdades e a cessão de novos direitos políticos e sociais (BATALHA. 2010, p. 173)

Entre esses movimentos que iriam assumir os anseios do operariado, o anarquismo foi o que mais se destacou, estando à frente na organização da classe operária brasileira até a emergência das organizações comunistas no país a partir de 1917, principalmente com a emergência do Partido Comunista do Brasil no ano de 1922, que assumiram a posição central como organizadores da luta operária no país (SPINDEL, 1980; TRONCA, 1982).

O que mais interessa neste ponto é mostrar como esses movimentos foram, desde o início, rejeitados e mal vistos pelas classes dominantes no país. No caso dos anarquistas, muitos chegaram ao Brasil nas ondas imigratórias de fim do século XIX, outros se refugiavam aqui devido à perseguição em seus países de origem. Chegavam, se instalavam no país e começavam a divulgação das ideias anarquistas, trazendo bibliografia estrangeira, abrindo jornais locais. Aliás, a criação de pequenos jornais marca profundamente a história dos anarquistas no país, a imprensa foi não somente um meio de divulgação das suas ideias, mas um instrumento para realização dos seus ideais, como a educação libertária e a organização dos seus membros.

Em 1890, os anarquistas realizaram uma experiência interessante no país: a Colônia Cecília. Fundada no Paraná, mas que teve uma existência curta. Sendo desfeita em 1893, devido às dificuldades ligadas ao trabalho e aos conflitos entre os colonos (TOLEDO, 2007, p. 58-59). A essa altura, os anarquistas imigrantes já chamavam a atenção em alguns jornais, inclusive no grande jornal de São de Paulo “Correio Paulistano”, que, em 1893, publicou algumas reportagens apontando a periculosidade dos anarquistas, vistos como “chefes de uma ‘terrível seita destruidora’”, interessados em implantar a “desordem” e “uma luta fratricida” no país (ibidem, p. 59). Assim foram percebidas as manifestações dos anarquistas no ano anterior, no primeiro de maio de 1892, que acabaram com alguns militantes presos. Segundo Toledo (2007), tem-se aí “o início de uma longa história de lutas e de violências e de repressão” (p. 59).

Para Toledo (2007) a violência e a repressão do Estado predominaram nas tentativas de contenção dos anarquistas e da propagação de suas ideias sediciosas, mas as reações dos proprietários também foram importantes, estando, muitas vezes, em colaboração direta com o Estado. Noutra

formulação, pode-se dizer que o braço repressor do Estado esteve a serviço de um empresariado temente das ideias anarquistas e da organização da classe operária por este movimento. Prisões e deportações foram os principais instrumentos para lidar com esses militantes indesejáveis.

Ao longo da Primeira República, os anarquistas estiveram engajados em várias manifestações e greves, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, com bandeiras como a diminuição da jornada de trabalho para oito horas e as campanhas contra a carestia. Conforme Toledo (2007), três das mais importantes dessas manifestações ocorreram em 1907, com a luta pela diminuição da jornada de trabalho, em 1917, com uma série de manifestações e greves, e em 1918, com uma insurreição.

Todas essas manifestações foram duramente reprimidas, resultando em centenas de deportações de trabalhadores estrangeiros e prisões lotadas, com sedes de movimentos anarquistas invadidas, seus membros presos, seus livros e móveis apreendidos. O objetivo do Estado era “esmagar a crescente organização operária e suas ligas, sindicatos e federações” (TOLEDO, 2007, p. 81). O fim dessa segunda década do século XX é marcada pelo declínio do anarquismo e pela emergência das organizações comunistas. Emergência num clima onde os movimentos operários já eram perseguidos pelos empresários e também pelo Estado.

Se houve repercussão da Revolução Russa de 1917 no Brasil, as primeiras organizações comunistas alinhadas à vertente revolucionária marxista-leninista surgiram em 1919, atendendo ao chamado de Moscou para a Internacional Comunista que se realizaria nesse ano (ROIO, 2007, p. 228). Tentou-se fundar um Partido Comunista brasileiro nesse ano 1919, mas os conflitos entre os proponentes da formação do partido, entre os quais está presente a importante figura do militante Astrojildo Pereira (ex-anarquista), a ausência de consenso entre quais formas de luta aderir no Brasil, ao que se soma o desenrolar da Revolução Russa com repressão a grupos anarquistas, levaram ao fracasso dessa tentativa.

É importante salientar, embora não seja nosso objetivo explorar esta questão, os conflitos com os grupos anarquistas vão marcar profundamente o desenvolvimento de grupos comunistas e do PCB no Brasil, pois os dois movimentos divergiram irreconciliavelmente nas formas de lutas e organização da classe operária. Pode-se dizer que o movimento comunista no Brasil se ergueu na derrota dos anarquistas, para, assim, assumir o lugar de principal representante da classe operária. Nos termos de Tronca (1982), tratou-se de uma vitória de um vencido entre outros vencidos, uma vez que o projeto revolucionário comunista subjugou o projeto anarquista para ser, posteriormente, subjugado por

aqueles que conduziram a Revolução de 1930, que, na perspectiva desse autor, nada teve de revolucionária no que conste dos interesses das classes subalternas.

O fracasso na formação do Partido Comunista não desanimou os militantes e as organizações continuaram a surgir pelo país. Contudo, os momentos mais decisivos para o desenvolvimento dessas organizações que pretendiam formar um partido estiveram entre os anos de 1921 e 1922, período em que se criaram importantes grupos comunistas, como o Grupo Comunista do Recife e o Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Este último, sendo o “grande catalisador e ponto de convergência de outros grupos do tipo”, tendo criado, inclusive, uma revista – *Revista Movimento Comunista* – onde eram divulgadas as ideias revolucionárias e angariados novos militantes para a fundação do almejado partido comunista (ROIO, 2007, 231-232).

A fundação do PCB veio efetivamente a ocorrer em março de 1922, há tempo do partido solicitar filiação à Internacional Comunista (IC), visando participar do congresso da IC que se pretendia realizar em julho desse ano. E, apesar do PCB ter vindo a considerar os grupos anarquistas como inimigos na luta pela representação da classe operária, nesse momento fundacional muitos dos membros que formaram o partido eram ex-anarquistas, nesta ocasião liderados por Astrojildo Pereira.

Se ressaltamos que a rejeição aos comunistas se origina na tendência à manutenção das classes dominantes frente a qualquer ideário revolucionário que tenha no horizonte o desmonte, no caso da sociedade capitalista, da estrutura de dominação e exploração do capitalismo, o que implica a destruição da divisão de classes em seu modelo de proprietários e despossuídos, tal rejeição ganhou materialidade a partir da Revolução Russa de 1917, saindo das maquinações imaginativas das ideias socialistas e comunistas de outras épocas. É isso que também sustenta Motta (2000), observando que “a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia causou um impacto muito forte: o que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta” (MOTTA, 2000, p. 05). Ainda segundo este autor, essa percepção de que o comunismo é algo efetivamente realizável é a origem “natural” do anticomunismo.

Origine-se dos fatos concretizados ou da mera projeção do que ocorreria se as ideias revolucionárias fossem materializadas, a questão é que, à altura da formação do PCB em 1922, o comunismo já era visto como uma ameaça em território nacional, ainda que em nível diferente do que seria plasmado como a “ameaça vermelha” nos anos seguintes. Assim visto, poucos meses depois de sua formação, o PCB foi colocado na ilegalidade pelo governo do presidente Artur Bernardes, que

havia decretado Estado de Sítio no mesmo período e mantendo-o em todo o “quatriênio presidencial” (ROIO, 2007, p. 232).

O PCB só voltou à legalidade em 1927, com o fim do Governo Bernardes, mas por pouco tempo, pois meses depois o partido foi novamente colocado na ilegalidade, através da Lei Celerada promulgada pelo Governo Washington Luís e que pretendia reprimir o movimento operário, visto que o próprio governo já apontava e pressionava para circular nos jornais da época notícias sobre algumas conspirações comunistas para fazer a revolução no país (SPINDEL, 1980, p. 33).

Apesar de estar ilegal todos esses anos, o PCB teve importantes desenvolvimentos, além de crises no grupo dirigente do partido, no que tange à estrutura do partido, às tentativas de interpretar a realidade brasileira, à orientação para ações que seriam executadas no país, mantendo-se atento às determinações da Internacional Comunista, ao ponto mesmo de uma dependência que limitava as ações do PCB.

O que o comunismo ao molde russo poderia provocar já era temido, daí a série de violências e repressões contra o PCB. Contudo, as realizações dos comunistas em solo brasileiro foram significativamente limitadas, de modo que o temor do comunismo no país parece ter advindo mais das projeções sobre o que o comunismo poderia ser do que daquilo que ele realmente foi durante a Primeira República. Em decorrência disso, até o fim da década de 1920, “o comunismo foi encarado por seus adversários, predominantemente, como uma ameaça remota, um problema que tinha mais a ver com a realidade do velho mundo” (MOTTA, 2000, p. 22).

Aliás, como demonstra Mota (2000), o discurso anticomunista brasileiro, em todas as suas fases, nunca deixou de recorrer aos desenvolvimentos do comunismo no estrangeiro para se justificar, e isso até os dias atuais, como pode facilmente ser observado na repetição esdrúxula de citações pejorativas sobre países como Venezuela, Cuba, Coreia do Norte, China, que muitos anticomunistas entendem como possuindo a mesma realidade, sendo a mesma coisa, frutos do terrível comunismo.

Foi apenas a partir de 1930, com a “revolução” e a tomada de poder Getúlio Vargas, que o comunismo começou a ser delineado como um perigo interno real, não apenas como veneno exótico estéril em solo nacional. Os vencedores do Golpe de Estado de 1930 formavam um grupo heterogêneo, com interesses diversos e mesmo incompatíveis (FERREIRA e PINTO, 2006), uma coalizção entre indivíduos que passava por “civis e militares, radicais e conservadores, liberais e

antiliberais, este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo” (MOTTA, 2000, p. 25). Segundo Motta (2000), esse cenário fez com o que o Governo Vargas iniciasse com um ar de indefinição sobre quais os rumos seriam tomados dali em diante, o que gerou temor, em alguns, sobre, em meio à indefinição, uma possível guinada esquerdista no governo, chegando ao comunismo.

### **3. O ANTICOMUNISMO A PARTIR DE 1930**

De acordo com Motta (2000), houve dois grandes momentos de crescimento do anticomunismo no Brasil. O primeiro esteve entre os anos de 1935 a 1937, com destaque para a Intentona Comunista de 1935, acontecimento fundamental para a consolidação do anticomunismo na tradição política brasileira e cuja eficácia simbólica já estava sendo posta à prova no golpe de 1937, que teve como uma das justificativas principais a ameaça comunista. O segundo surto esteve no início dos anos 1960 e seu cume foi golpe de 1964, onde os conspiradores afirmaram que o presidente João Goulart pretendia uma revolução comunista no país.

Ora, se houve um momento onde suspeitou-se dos rumos que o Governo Vargas tomaria, com algumas de suas ações políticas sendo acusadas de comunistas por seus adversários, na prática o trabalhismo de Vargas significou a criação de uma série de mecanismos de controle aos movimentos de luta pela classe operária, por um lado Vargas dava:

Os primeiros passos na criação da legislação e estrutura trabalhistas de cunho paternalista, criando o Ministério do Trabalho, passando a exercer um maior controle sobre os sindicatos e lançando as primeiras leis de defesa do trabalhador. Por outro lado, continuava a reprimir de forma sistemática as manifestações independentes da classe operária e os militantes comunistas e anarquistas (SPINDEL, 1980, p. 36).

Tronca (1982) também está em acordo com essa interpretação, para quem a principal realização de Vargas foi “aperfeiçoar os mecanismos de controle sobre o movimento operário” (p. 92). E os comunistas foram os primeiros sobre quem o governante deitou as garras do aparelho repressivo do Estado, inclusive organizando um “serviço especial de repressão ao comunismo” em 1931 (idem, p. 92). Portanto, a representação dos comunistas como ameaça efetiva ou potencial prontificou o Estado getulista à sua contenção, não à complôs e alianças, mas repressão e perseguição. O que, ressalte-se, não foi suficiente para silenciar completamente os comunistas.

O ano de 1934 foi especialmente significativo para as movimentações dos comunistas no Brasil, com o crescimento da influência comunista na classe operária e o estouro de várias greves em diversos setores: greve de “ferroviários, marítimos, telegrafistas, bancários, padeiros, funcionários de cartórios, trabalhadores em transportes, funcionários dos correios e eletricitários” (MOTTA, 2000, p. 225). Além disso, o movimento comunista e as esquerdas brasileiras iniciaram um recrudescimento, nesse mesmo ano, da luta contra o fascismo em plena ascensão, aqui representado pelo Integralismo. Aliás, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um dos movimentos que mais promoveram o discurso anticomunista no país, o que não ficou apenas no discurso, indo à via de fatos como demonstra os confrontos físicos e armados entre integralistas e comunistas na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, em 08 de outubro de 1934, e que resultou na morte de várias pessoas (idem, p. 226).

Foi nesse contexto que surgiu a Lei de Segurança Nacional (LSN), que até hoje assombra os brasileiros e motiva discussões sobre sua necessidade, por tratar-se de um instrumento com uma porta semiaberta para ensaios autoritários, mesmo com as modificações que sofreu desde sua promulgação. Segundo Motta (2000), o alvo maior que motivou a LSN foi o entendimento do governo sobre a necessidade de reprimir os comunistas, vistos nesse período como extremistas.

A criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, foi o passo dos comunistas que mais inquietou os seus inimigos de prontidão. Fruto de uma nova diretriz dada pela IC no ano anterior para a formação de frentes amplas para combater as extremas direitas, a ANL obteve grande sucesso no Brasil, “aglutinando toda a oposição democrática do país, impulsionada pelo Partido Comunista” (SPINDEL, 1980, p. 37), tendo à sua frente como presidente Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, líder tenentista de importantes revoltas nos anos anteriores, a esta altura já autodeclarado comunista e filiado ao partido.

O Governo Vargas não ficou parado diante da crescente mobilização que a ANL conseguia. A empolgação que a organização provocou nos centros urbanos, nos grupos de estudantes, trabalhadores, intelectuais, e mesmo no meio militar, fez Getúlio acionar a LSN e lançar a ANL na ilegalidade poucos meses depois de sua criação. Além dessa grande mobilização, o temor de algumas autoridades era de que a ANL estivesse a serviço dos comunistas de Moscou; o próprio Prestes havia retornado do exterior pouco antes.

Segundo Motta (2000), tal temor pelo comunismo entre as autoridades, nesse momento, era verdadeiro, e não simples artifício para a repressão. Contudo, o autor ressalta que, apesar das contribuições do PCB para a formação da ANL, o programa desta passava longe de se reduzir a interesses comunistas. O que os aliancistas queriam era o combate ao fascismo, ao imperialismo e ao

latifúndio. Motivo mais real para esse temor era a atração de militares para a ANL, que, conforme Vianna (2003, p. 07), dava à organização o potencial para um levante que sem apoio de forças militares não seria possível. De todo modo, em julho de 1935 a ANL tinha as suas portas fechadas. Sem que, com isto, o governo baixasse a guarda, pois chegavam informações aos ouvidos de Vargas de que os comunistas pretendiam um levante revolucionário no país, para o qual estariam à frente Prestes e agentes soviéticos (MOTTA. 2000, p. 230).

Ainda que as informações sobre o perigo comunista nesse ano de 1935 fossem mais fruto de um temor com pouco fundamento, senão de paranoia conspiracionista mesmo, um fato, ao fim do ano, viria a dar base para o anticomunismo e consolidá-lo de vez na tradição política brasileira, trata-se do evento que ficou conhecido como a Intentona de 1935.

### **3.2 Da Intentona de 1935 ao Golpe de Estado de 1937**

A Intentona Comunista de 1935, depreciada já no próprio nome, consolidou todo um imaginário sobre os comunistas no Brasil. A Intentona foi uma revolta que ocorreu em três lugares ao mesmo tempo, Natal, Recife e Rio de Janeiro, no mês de novembro daquele ano. Ao que sugerem os autores (MOTTA, 2000; VIANNA, 2003), não foram levantes planejados. Alguns líderes comunistas tentaram assumir a liderança dos levantes depois que foram deflagrados, mas as orientações àquela altura, principalmente depois do fechamento da ANL, era de que “não se desencadeassem golpes sem respaldo popular em nível nacional” (VIANNA, 2003, p. 10).

Em Natal, as razões do levante foram locais. O Estado do Rio Grande do Norte estava conturbado desde a última eleição, com praças e sargentos do 21º BC sediados na capital insatisfeitos com a baixa que receberiam alguns dos seus oficiais. Segundo Mota (2000) este foi o principal motivo do levante em Natal, aos 23 de novembro de 1935. A célula comunista do batalhão assumiu o levante e pressionou a direção local do partido comunista a apoiá-los, tudo isso sem que os dirigentes superiores do partido fossem comunicado.

Em poucas horas esses revoltosos conseguiram dominar a cidade quase sem resistência, com os comunistas montando uma junta para a sua administração. Ao que se seguiu a requisição de carros, mantimentos e dinheiro para mantê-los. Os revoltosos ainda realizaram a façanha de confiscar o dinheiro de bancos, “que distribuíram sem qualquer critério” (VIANNA, 2003, p. 12). Chegaram a publicar um jornal, *A Liberdade*, para anunciar e justificar os seus feitos, que parecem ter empolgado

o povo, beneficiado com a distribuição de dinheiro e mantimentos confiscados pelos revoltosos (ibidem).

Apesar desse aparente sucesso inicial, o levante de Natal não durou muito. Várias forças militares e grupos armados de fazendeiros locais foram organizados para conter os rebelados, que não conseguiram resistir. Aos 26 de novembro os revoltosos já estavam nas mãos das autoridades legais, com muitos sendo presos e alguns conseguindo fugir. Segundo Vianna (2003), apesar da participação de comunistas, o levante não teve características comunistas. Foi algo completamente desorganizado, sem um programa, e muitos do que participaram não sabiam explicar porque exatamente estavam em armas.

Em Recife, o levante foi marcado para o dia 24, logo após chegar ao Secretariado do Nordeste, organização comunista regional, as notícias do levante em Natal. Os líderes decidiram que a revolta deveria ser debelada, mesmo sem a consulta à direção nacional do PCB. O principal foco desse levante foi o 29º BC. Os revolucionários tomaram o quartel e passaram a armar a população civil, chegando aos milhares de civis, que não parecem ter aderido ferrenhamente ao levante (VIANNA, 2003). O levante de Recife foi mais limitado e menos esperançoso que o de Natal, os rebeldes não conseguiram tomar a cidade. Ao saber do levante, o governo federal designou tropas do exército para conter os revoltosos, além de ameaçar bombardear a cidade. Com isso, aos 25 de novembro, quando a polícia do estado e as tropas chegaram à cidade, o levante foi rapidamente contido.

No Rio de Janeiro, o levante foi apoiado diretamente por Prestes. Ainda que este não soubesse bem do desenrolar dos levantes no Nordeste. Prestes buscou apoio do Secretário Geral do PCB e acabou convencendo este e demais membros do partido a se solidarizar com os levantes em andamento, e acabaram marcando o levante para o dia 27 de novembro, momento em que os últimos resíduos, especialmente os que fugiram, dos demais levantes estavam sendo reprimidos.

O Cavaleiro da Esperança esperava que várias unidades militares, da marinha e civis se levantassem, mas somente o 3º RI da Praia Vermelha e a Escola de Aviação de Campo dos Afonsos se rebelaram, com as outras iniciativas falhando desde o início, seja por desorganização ou rápida repressão (MOTTA, 2000). Em poucas horas essas unidades foram reprimidas, pois o governo já estava alertado sobre os ocorridos em Natal e Recife. O 3º RI resistiu algumas horas a mais e foi bombardeado pela artilharia e pelos aviões militares.

Vê-se que a Intentona foi um conjunto de levantes fracassados, que não partiram de uma ordem central do PCB, não tinham um programa geral, e menos ainda foi ditada por Moscou como os anticomunistas passaram a gritar aos ventos. Alguns comunistas, crentes de uma possível

oportunidade para revolução ou querendo solidarizar-se aos revoltosos, como fez Prestes, aderiram aos levantes. Segundo Spindel (1980), esses levantes foram o maior erro dos comunistas, revoltas imaturas, uma “quartelada” fracassada, que desencadeou violenta repressão, inclusive com decreto de Estado Sítio para respaldar a repressão aos “movimentos extremistas”. Mota (2000) estima que o saldo de mortos desses levantes ficou entre 60 e 100 pessoas, contando os revoltosos e as forças militares repressoras.

Ainda que os levantes tenham sido contidos em poucos dias, sua ocorrência teve grande repercussão. Com os levantes, os comunistas tinham dado base concreta para um temor sobre uma ameaça revolucionária em solo nacional. A imprensa fez um exímio trabalho em pintar os comunistas dos levantes como criminosos hediondos, bárbaros, violentos, eles “assaltaram, estupraram, mataram gente dormindo”; além disso, as apreensões policiais estariam relevando conspirações terríveis dos vermelhos (MOTTA, 2000, p. 247). Essa historietta de que os comunistas tinham matado companheiros dormindo nos quartéis é uma das que foram mais recontadas ao longo dos anos.

Como solução à ameaça comunista, os próprios jornais passaram a solicitar mais iniciativa do Estado, que os vermelhos fossem reprimidos sem misericórdia. Os militares também exigiam maior repressão e punição aos comunistas e a todos os rebeldes envolvidos nos levantes, para além daquilo que previa a LSN. Ao que o Governo Vargas respondeu com o braço forte, reforçando a LSN e criando emendas à Constituição vigente para uma repressão mais efetiva à ameaça comunista. Com essas medidas e a perseguição desencadeada aos comunistas ou a qualquer um que fosse apontado como comunista, com pessoas sendo presas aos milhares, muitos servidores públicos civis e militares sendo exonerados por suspeita de serem comunistas ou com eles contribuírem, Vargas obteve bons lucros políticos, num momento no qual seu governo caminhava para uma crise (MOTTA, 2000).

Segundo Motta (2000), foram dois os principais desdobramentos dos levantes de 1935. Primeiro, o governo conseguiu montar um grande mecanismo repressivo, o que também significava o fortalecimento do poder central; segundo, o Estado reforçou a propaganda anticomunista que já circulava e colocou em circulação mais propaganda custeada com recursos federais, contribuindo, assim, para a consolidação, no imaginário social, do comunismo como um mal a ser combatido e do qual o governo tinha salvo a população naquele ano de 1935.

De 1936 a meados de 1937 o anticomunismo perdeu vigor. Neste ano acabaria o estado de exceção e o Governo Vargas chegaria ao fim, com eleições previstas para 1938. A normalidade institucional dava sinal de que retornaria, já se realizavam mobilizações políticas e comícios, muitos dos que foram presos em massa depois dos levantes começaram a ser postos em liberdades, inclusive

personas importantes; este parece ter sido o limite para a opinião pública anticomunista, que enxergou na soltura desses prisioneiros a oportunidade para os comunistas escalarem nova ameaça.

Conforme Motta (2000), “a tímida liberalização política ensaiada a partir de meados de 1937 provocou a mobilização dos grupos anticomunistas radicais, notadamente integralistas, católicos e militares” (p. 269). Esses grupos se mobilizaram fortemente no combate a qualquer espectro do comunismo. Foi nesse momento que a memória dos mortos durante a Intentona de 1935 começou a ser buscada e deu-se início a uma celebração em sua homenagem, tendo grande repercussão e se repetindo nas décadas seguintes.

Com esse recrudescimento do anticomunismo se alimentou a expectativa de que os comunistas estariam tramando um novo levante. Expectativa que escalou quando veio a público o chamado “Plano Cohen”, documento divulgado pelo governo e que aludia a um plano dos comunistas para a tomada do poder no país. A solução do governo era obter mais poder através de um Decreto de Estado de Guerra, apoiado por boa parte dos jornais e com sua necessidade afiançada pelos militares com prestígio à época. Neste momento, o discurso anticomunista serviu como justificativa para o estado de exceção e para o Golpe de Estado que se realizaria em 10 de novembro de 1937. Para salvar o país e as suas instituições dos comunistas, Vargas as colocou sob seu jugo e promulgou a constituição fundante do Estado Novo, que nos afirma o seguinte em seu preâmbulo:

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração *comunista*, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País: (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937, GRIFO NOSSO).

Portanto, é reforçado no preâmbulo da própria Constituição de 1937 que o golpe de Estado tinha como uma de suas justificativas principais o combate à crescente ameaça comunista no país, que exigia remédios de “caráter radical e permanente”. Um golpe para salvar o país de um suposto golpe. Ou nos termos que mais tarde seriam utilizados pelos golpistas de 1964: uma “contrarrevolução preventiva”.

### **3.3 O início dos anos 1960 e o Golpe de Estado de 1964**

Da instauração do Estado Novo ao início dos anos 1960 o anticomunismo não desapareceu, mas arrefeceu ou foi secundarizado no país. Nos primeiros anos do Estado Novo, o Governo Vargas

foi implacável com os comunistas, com estes só vindo a ressurgir lentamente a partir de 1942 (SPINDEL, 1980, p. 38). Foram acontecimentos de ordem externa e interna que trouxeram o anticomunismo ao primeiro plano novamente na história brasileira: a Revolução Cubana de 1959, que tornou a América Latina palco central da Guerra Fria; e a ascensão do presidente João Goulart, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 (MOTTA, 2000, p. 286-289).

Cuba e Fidel Castro se tornaram a encarnação da ameaça comunista nas Américas, despertando os espíritos anticomunistas por todo lado. Aos esforços dos anticomunistas brasileiros iria se somar os esforços dos americanos. Estes, depois da Segunda Guerra Mundial, haviam desenvolvido uma política externa ancorada no anticomunismo, que duraria até a dissolução da U.R.S.S. (BIAGI, 2001, p. 63-64). Essa mobilização dos americanos em direção aos anticomunistas brasileiros significa mais do que intervenção.

Como visto até aqui, a tradição do anticomunismo brasileiro se consolida muito antes do surto do anticomunismo americano com a Guerra Fria. O anticomunismo brasileiro esteve vinculado a interesses nacionais, vindo, na década de 1960, a se encontrar com os interesses americanos, o que não apagou as particularidades do nosso anticomunismo. O ponto aqui é, como defende Motta (2000), que o anticomunismo brasileiro não é uma mera reprodução do anticomunismo americano.

Os anticomunistas brasileiros ficaram alarmados com a Revolução Cubana, mas a tensão aumentou na medida em que o Brasil desenvolvia uma política externa e uma diplomacia independentes, que não se alinhavam automaticamente com os interesses das grandes potências, incluindo EUA. Quando, em 1961, o presidente Jânio Quadros resolveu condecorar Che Guevara com a “Ordem do Cruzeiro do Sul”, indignou todos aqueles que esperavam que o presidente recém-eleito aniquilasse a esquerda e o getulismo (MOTTA, 2000, p. 288-289).

Com a renúncia de Jânio Quadros, os anticomunistas tinham certeza de que João Goulart entregaria o país aos vermelhos. Nesse sentido, os ministros militares do Governo Quadros foram dos primeiros a se manifestar contra a posse de Jango, e em manifesto à nação justificavam que:

O Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas (APUD MOTTA, 2000, p. 290).

A solução para essa situação, para que João Goulart assumisse a presidência, foi a mudança do sistema de governo para a forma parlamentarista, assim se limitariam os poderes do presidente. Segundo Ferreira (2003), essa solução do congresso impediu que ocorresse um golpe militar no país

já naquele ano de 1961. Com os seus poderes limitados, Jango ficou impossibilitado de executar o seu programa reformas de base, que tanto assombrou os conservadores.

O agrilhoamento do presidente João Goulart não impediu ações que enfurecessem os anticomunistas. A continuidade da política externa de Quadros, apostando na independência do país, se aproximando de países não-alinhados aos EUA e países socialistas, reatando as relações diplomáticas com União Soviética desencadeou uma série de protestos contra o governo, com alguns adversários tentando reacender a memória e a celebração aos mortos da Intentona de 1935, que havia esfriado na memória popular nos últimos anos (MOTTA, 2000). Portanto, era tempo de colocar em marcha toda a indústria anticomunista da tradição para conter o espectro do comunismo agitado pela figura de Jango.

Para combater esse espectro, os anticomunistas começaram a se organizar, formaram dezenas de entidades nesses anos anteriores ao golpe, como a Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (REDETRAL), Movimento Sindical Democrático (MSD), a Cruzada Cristã Anticomunista. Um dos principais objetivos dessas organizações era a divulgação da propaganda anticomunista, com algumas delas sendo financiadas por americanos. Conforme Motta (2000):

A publicação de material anticomunista aumentou consideravelmente, na forma de folhetos, livros, panfletos, cartazes etc. Os diários conservadores, além da habitual ênfase anticomunista da cobertura jornalística dos acontecimentos políticos, distribuía material de propaganda adicional na forma de encartes e fascículos (MOTTA, 2000, p. 307).

Além disso, a mobilização anticomunista teve papel fundamental de mulheres. Foram várias organizações de mulheres nesse período, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE - Guanabara), a Cruzada Democrática Feminina (CDF - Pernambuco), União Cívica Feminina (UCF - São Paulo). A marcha anticomunista estava, a esta altura, a todo vapor. Mobilizando amplos grupos, homens e mulheres, numa luta permeada por interesses diversos, desde os interesses golpistas aos de expurgação do comunismo por um real temor aos comunistas.

A trajetória do Governo Goulart parece ser uma ladeira com infinitos problemas a se lidar. Em 1961 o país estava péssimo econômica e financeiramente, com a inflação andando a galopes. Jango se empenhou em buscar soluções para a situação do país, reunindo com o governo americano e com os representantes do FMI, mas ambos rejeitaram ajuda ao país; o primeiro porque Jango não aceitou os termos para se tornar vassalo do Tio Sam, o segundo por não acreditar que o presidente sacrificaria as massas conforme a política econômica do FMI achava necessário para o controle da inflação.

Nesse período, as demandas da esquerda, também pregadas por Goulart, eram as chamadas “reformas de base”, que incluíam:

As reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, [...] a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das forças armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia [...] (FERREIRA, 2003, p. 351-2).

Essas aspirações progressistas de Jango não garantiram aceitação automática das esquerdas em relação a sua forma de governar. Houveram momentos de aproximação entre o presidente e as esquerdas e momentos de contraposição, onde Goulart chegava a ser considerado inimigo das esquerdas e aliado dos conservadores, executor de uma política excessivamente conciliatória. Diante dos recuos de Goulart em atender as demandas reformistas das esquerdas, passou-se, mesmo, a cogitar a sua derrubada por esses grupos. Conforme Ferreira (2003), Brizola foi um dos grandes confrontadores de Goulart, manifestando os anseios mais orgânicos das esquerdas.

A essa altura Goulart já era alertado sobre a proliferação de conspirações contra ele nas Forças Armadas. O momento de maior tensão para o governo ocorreu quando o STF considerou os militares eleitos na eleição anterior inelegíveis, o que levou a uma insurreição de alguns grupos de militares, em 1963, num ensaio de golpe de Estado, que em pouco tempo foi sufocada. Até mesmo as esquerdas apoiaram o direito dos militares revoltosos em quererem participar do sistema político do país. Essa insurreição é um ponto de inflexão no que veio a se desenrolar posteriormente.

Figura importante nesse momento foi Carlos Lacerda, então governador de Guanabara, realizando vários ataques ao presidente, afirmando que Goulart estava em complô com os comunistas, e chegou mesmo a pedir intervenção americana para deter Jango. Dada a gravidade das ações de Lacerda, Jango foi convencido a solicitar decreto de sítio ao congresso, mas tanto conservadores quanto progressistas se opuseram ao presidente, com este retirando sua solicitação. Essa tentativa de Jango marcou o aprofundamento de seu isolamento, sem apoio da direita, da esquerda ou dos militares. Brizola já dizia a Jango que ou ele daria um golpe ou seria destituído, mas, como de outras vezes, Goulart não o ouviu (FERREIRA, 2003).

Jango enfraquecia politicamente e era isolado, enquanto seus opositores mais sedentos avançavam a marcha conspiratória para derrubá-lo, com armas clandestinas entrando no país e o apoio de forças militares americanas à espreita. Dizia-se que a qualquer momento Goulart se lançaria a um golpe comunista. Mas a verdade é que as esquerdas estavam rompendo com o presidente, que não

conseguiu dar seguimentos às reformas sociais, sendo, mesmo, acusado de estar governando para as classes conservadoras. Abandonado por todos os lados e com sua política de conciliação fracassada, Goulart se voltou para aqueles que estiveram na sua base de apoio durante toda a sua vida política: “trabalhadores e seus sindicatos, os camponeses e suas Ligas, os estudantes e suas organizações, as esquerdas e seus partidos, a exemplo do PTB e PCB” (FERREIRA, 2003, p. 376). Aproximação tão logo foi encerrada.

Enquanto Jango definhava politicamente, a indústria anticomunista seguia sua marcha ferozmente. A partir de 1963 se difundiam rápida e amplamente teorias conspiratórias sobre a infiltração comunista no país. Os comunistas estariam por todo lado, em “diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal” (MOTTA, 2000, p. 315). As organizações estudantis também seriam grandes antros dos vermelhos, especialmente a União Nacional dos Estudantes (UNE). No Estado, os conspiradores acusavam a presença de comunistas no Ministério da Educação, subvertendo os planos de educação, no Itamaraty, nas Forças Armadas e em vários órgãos da administração pública.

Ao final de 1963, a campanha anticomunista estava em um de seus ápices. Os conservadores, apesar das suspeitas sobre Jango, ainda não haviam julgado como irreversível o posicionamento do presidente. Havia tempo para Goulart se unir a eles e expurgar o mal comunista que estava se plasmando no país e salvar a nação. Contudo, Jango virou à esquerda. A aproximação com as esquerdas, o aceno às tão almeçadas reformas de base, acendeu um dos últimos pavios

Os planos de João Goulart, no início de 1964, foram uma trilha de tensões, que parecem ter fugido a percepções de maior clareza à época. E o acontecimento determinante do que ia se seguir ocorreu com o anúncio de um comício de Goulart em 13 de março de 1964, convocando as esquerdas para apoiá-lo na última tentativa de implementar as reformas de base.

Os ministros militares de Jango diziam que não havia a possibilidade de os conservadores responderem com um golpe à radicalização do presidente, assim como as esquerdas parecem ter acreditado que tal golpe era improvável, visto situações anteriores onde os militares seguiram uma postura legalista (FERREIRA, 2003). Porém, o que acontecia no Estado Maior das Forças Armadas era exatamente a gestação de um golpe militar.

Enquanto Brizola pregava o fechamento do congresso no comício de 13 de março, Goulart foi mais comedido, criticando as elites e defendendo seu projeto de desenvolvimento nacional e as reformas sociais necessárias. Após o comício, Jango passou a redigir alguns decretos favorecendo os trabalhadores e os mais pobres, muito bem recebidos pelas esquerdas; acreditavam que as reformas

iam sair e, portanto, fizeram várias mobilizações, convencidos de que num confronto com os conservadores sairiam vitoriosos.

Os conservadores, por outro lado, não pararam. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade foi uma das manifestações mais indicativas, reunindo centenas de milhares de pessoas. Sinal ignorado pelas esquerdas, que não acreditavam na possibilidade de um golpe dos opositores; ironicamente, acreditavam mais na possibilidade de um golpe de Goulart.

A revolta dos marinheiros no dia 24 de março parece ter sido o último pavio aceso para os acontecimentos de 31 de março de 1964. Os marinheiros revoltosos queriam melhorias das suas condições de vida na marinha e o ministro da marinha respondeu com tropa para reprimi-los. As esquerdas apoiaram a causa desses revoltosos e Goulart decidiu que eles não deveriam ser atacados, vindo, posteriormente, a serem anistiados. Essa foi a gota d'água para os militaristas que já conspiravam e para aqueles que ainda mantinham postura legalista, pois passaram argumentar que Jango estava destruindo a instituição militar, acabando com a tradição das forças armadas e com os seus princípios de disciplina e hierarquia. Acusação que foi reforçada quando Goulart concordou em ir a um evento de subalternos militares no Automóvel Clube, no dia 30 de março. Segundo Ferreira (2003), até este dia as esquerdas se mantiveram insuspeitas quanto a um golpe militar.

No dia 31, Goulart e as esquerdas finalmente entenderam a gravidade da situação e o fosso da crise militar em andamento. Vários jornais se pronunciaram contra Goulart e solicitavam intervenção militar para restabelecer a ordem no país. O general Olímpio Mourão foi primeiro a colocar suas tropas em marcha contra Jango, as marinhas americanas já espreitavam, aguardavam seu apoio ser solicitado contra o presidente. O golpe militar estava finalmente em marcha, e para o presidente o cenário era o pior possível, com a possibilidade de intervenção estrangeira e de uma guerra civil. Houveram algumas tentativas de resistência ao golpe em andamento e vários grupos de esquerdas estavam dispostos a tomar armas, mas foram limitadas porque Goulart não ordenou a resistência.

Goulart podia ter tentado prender Lacerda, conspirador mor, em Guanabara, mas não o fez. Jango parece ter temido muito a explosão de uma guerra civil e o derramamento de sangue que se seguiria. Por outro lado, generais golpistas insistiram que Jango desistisse das esquerdas e dos comunistas, então o golpe seria recuado. Mas o presidente não aceitou a possibilidade de se tornar uma marionete dos militares. Ferreira (2003) sustenta que os militares legalistas não pretendiam apoiar o golpe, mas a ausência de reação de Goulart à marcha do general Mourão e sua pequena tropa parece ter alimentado os ânimos dos militares a endossarem o golpe.

Enfim, Goulart decidiu por não ordenar qualquer resistência, e no dia primeiro de abril foi a Brasília e denunciou o golpe dos “reacionários” à nação, em um manifesto. A essa altura o governo Goulart estava desfeito, o Congresso e o Judiciário endossaram o golpe. Assim, com a “coalização civil-militar brasileira com apoio de forças estrangeiras” (FERREIRA, 2003, p. 399) se iniciou o dia que duraria 21 anos em nossa história, um golpe de Estado justificado pelo temor induzido por narrativas conspiratórias sobre a ameaça comunista.

#### **4. O ANTICOMUNISMO CONTEMPORÂNEO**

Conforme a pesquisa de Motta (2000), o anticomunismo foi um fenômeno que tendeu ao arrefecimento depois do golpe militar no Brasil, sendo enterrado de vez com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Mas se é possível identificar essa grande diminuição do anticomunismo no país, também pode-se identificar algumas células do discurso anticomunista que se mantiveram ativas durante essas últimas três décadas.

Dessas células, aquela que tem possuído uma disseminação crescente do seu discurso é certamente representada pelo filósofo e professor Olavo de Carvalho, que vem numa trajetória de promoção de discursos anticomunistas desde os anos 1980. Segundo Puglia (2019), Olavo de Carvalho, se deu como missão política de sua vida:

Furar a pretensa hegemonia esquerdista” conquistada na vida cultural brasileira por uma esquerda que havia abandonado de vez a estratégia da luta armada, passando a agir – sob inspiração de Gramsci - com objetivo de ocupar aparelhos privados de hegemonia, sobretudo a academia e a grande mídia (PUGLIA, 2019, p. 07).

O referido professor e filósofo argumenta que haveria um complô das esquerdas, dos comunistas para a dominação mundial, não mais através das armas, mas através das práticas culturais, naquilo que ele chama de “marxismo cultural”. Haveria uma guerra cultural no mundo, no Brasil, e as esquerdas estariam ganhando essa guerra até o momento.

Para deter as esquerdas e os comunistas, Olavo aponta a necessidade de “formar e qualificar novas gerações para dar continuidade à tradição de luta em defesa da família tradicional, da propriedade privada, da nação integral e da moralidade cristã diante de uma ameaça vermelha tomada como onipresente” (ibidem, p. 08). Esse discurso anticomunista e essa figura que o representa e dissemina são uma das bases a partir das quais se pode falar em um ressurgimento do anticomunismo no cenário político brasileiro.

O momento em que esse ressurgimento começa a ser mais expressivo é partir da segunda década deste século XXI, com os seus representantes saindo às ruas em uma série de manifestações populares que ocorreram, especialmente, a partir de 2013. As manifestações deste ano não foram apenas de grupos ou indivíduos com pautas às esquerdas. Foram manifestações que reuniram diversos perfis políticos e diversas pautas, inclusive pautas contraditórias. Nos termos de Scherer-Warren (2014), essas manifestações:

Iam de uma esquerda mais radical, que busca mudanças mais sistêmicas, a uma direita conservadora, que busca proteção em direitos humanos, mas garantindo seu status quo, ou até propondo retrocessos em relação a políticas públicas de inclusão (SCHERER-WARREN, 2014, p. 424).

Foi essa direita que está começando a sair às ruas quem carregou as bandeiras anticomunistas, numa manifestação daquilo que alguns tem chamado de onda conservadora, fenômeno que não se restringe ao Brasil. Segundo Moreira (2019), há um conjunto de acontecimentos que tem alimentado o ressurgimento do anticomunismo na contemporaneidade, transformações globais e nacionais, como:

O crescimento da China (político, econômico, tecnológico), bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema direita na Europa e conservadores-liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, Impeachment no Paraguai, *Brexit* na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA) (MOREIRA, 2019, p. 189).

Tratando-se do Brasil, essa nova direita nacional tem tentado capturar parte da velha tradição anticomunista do país, mas com diferenças. O anticomunismo não estaria mais em primeiro plano como no passado. O primeiro plano discursivo seria ocupado pelo “antipetismo”, que significaria “uma recusa integral ao PT e a seus projetos e símbolos, especialmente a figura de Lula” (MOTTA, 2019, p. 04). O fato é que anticomunismo e antipetismo se encontram muitas vezes na retórica da nova direita.

Para muitos da direita, o PT e seus quadros políticos são expressões de comunismo radical no país, conspiradores loucos para impor uma ditadura comunista. O antipetismo e a reapropriação da tradição anticomunista brasileira seriam um dos principais alimentos da onda direitista no país (MOTTA, 2019; MOREIRA, 2019).

As manifestações de 2015 parecem ser um ponto de inflexão em relação à onda conservadora no país. Conforme Solano (2016), tanto nas manifestações de 2013 quanto nas de 2015 os manifestantes são compostos por perfis sociais bastante diversos e com pautas variadas. Esses manifestantes teriam em comum a insatisfação não apenas com os governos de esquerdas que

estiveram à frente do país nos últimos anos, mas contra todo o sistema político e seus representantes, partidos e políticos, sendo a corrupção umas das principais fontes dessa insatisfação.

Além disso, nessas manifestações de 2015, a pesquisa da autora revela que os manifestantes eram “fiéis às demandas de consolidação, ampliação e melhoria dos serviços públicos que tinham emergido em junho de 2013” (SOLANO, 2016, p. 177), ou seja, mantinham um ideário progressista em relação aos direitos fundamentais. Essa parcela da sociedade representada nas manifestações de 2013, e especialmente de 2015, foi cooptada pelos grupos liberais e conservadores. Num cenário onde estava reinando a desconfiança contra todo o sistema político brasileiro, Solano (2016) avalia que esses grupos foram, então, “capazes de dar orientação e liderança para a indignação que foi despertada” (ibidem, p. 178).

Um dos resultados da onda da nova direita, do antipetismo (muito reforçado por alguns desdobramentos da Operação Lava Jato no país), e da reapropriação da tradição comunista aparece em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República do Brasil. Ainda que tenha, como sustenta Solano (2019), promovido discursos fragmentados com o objetivo de alcançar vários eleitores, a retórica anticomunista é nitidamente um dos principais pilares do discurso bolsonarista, que, em muito, também é alimentado pela retórica anticomunista produzida por Olavo de Carvalho. Não é exagero afirmar que Bolsonaro é, ao lado de Olavo de Carvalho, uma das maiores representações encarnadas do anticomunismo brasileiro neste século XXI.

Essa onda da nova direita e o ressurgimento do anticomunismo vem marcada pela abertura, na Era da Internet, para novas formas de fazer política, da qual os grupos direitistas parecem ter saído à frente na construção de ferramentas. Dentre essas formas, o que tem sido explorado pelas direitas é caracterizada por Empoli (2019) como “engenharia do caos”, tendo como um dos seus principais autores o americano Steve Bannon.

Bannon se destaca entre os populistas contemporâneos por ter sido dos primeiros a entender que “a política deriva da cultura”, daí o investimento em produções culturais que permitam mobilizar os ânimos das massas e considerar a “guerra cultural”, como tanto gostam de falar os nossos reacionários, uma dimensão fundamental. Quem são pessoas efetivamente mobilizadas por Bannon? “Uma tropa heterogênea de nacionalistas, conspiracionistas, militaristas ou, simplesmente, indivíduos raivosos” (EMPOLI, 2019, p. 11), empenhados em fazer valer suas opiniões em diversos assuntos do Estado, como economia, imigração, direitos das minorias.

A engenharia do caos como operada por Bannon implicou o financiamento de vários grupos, desde grupos de pesquisas que pudessem comprovar suas teses a grupos de internet, como “blogueiros

e trolls”, para agirem nas redes sociais; nestas tudo vale, teorias conspiratórias e Fake News são derramadas aos montes. As redes, a internet, as tecnologias de informática são, aliás, espaço e ferramentas essenciais para a engenharia do caos; as ciências de dados, o Big Data, são suportes da nova forma de poder e de prática política da contemporaneidade, que Empoli (2019) chama de “tecnopopulismo pós-ideológico”.

Os resultados das eleições de 2018 no Brasil foram muito bem recebidos pelos grupos conservadores de outros países, com o presidente reacionário e de extrema direita Jair Messias Bolsonaro sendo saudado por outros presidentes direitistas como Trump e Boris Johnson. Para a engenharia do caos desenvolvida no Brasil nesse período e que continua ativa, Bannon e o filósofo Olavo de Carvalho foram centrais. Juntos eles mobilizaram a produção de vários conteúdos que pudessem capturar as inseguranças, os medos, os ódios de brasileiros, sob a narrativa de derrubada do establishment nacional e o combate ao comunismo das políticas dos governos de esquerda que estavam no poder nos últimos anos. Uma narrativa que evidentemente não tem sustentação, mas que funcionou perfeitamente na mobilização das pessoas.

O que o autor afirma sobre a Itália também é válido para o Brasil, e é sua conclusão: tem-se assistido à “emergência de uma nova forma política moldada pela internet e pelas novas tecnologias” (p. 14). O já citado “tecnopopulismo pós-ideológico”. Já não são os partidos políticos oficiais os responsáveis pelas grandes mobilizações, mas plataformas que chegam mesmo a se declarar não-políticas, e suas ferramentas principais são as novas tecnologias de informática e internet, é a ciência de dados, o Big Data, a criação de algoritmos que permitem mobilizar os mais diferentes indivíduos, e não somente aqueles que estão mais à direita. Já não são os políticos que contratam técnicos para conduzir alguma engenharia social, são os técnicos dominadores das novas tecnologias, engenheiros do caos, que escolhem os políticos que seriam mais capazes de conduzir a implementação das suas visões de mundo.

## **5. CONCLUSÃO**

Ao longo desta pesquisa pôde-se perceber que o anticomunismo brasileiro tem raízes profunda na tradição política brasileira, nascido e mantido em contextos propícios, em solo nacional, para a rejeição de ideias e práticas progressistas. Desde o século XIX os movimentos que se puseram como representantes da classe trabalhadora brasileira foram mal vistos, perseguidos, violados, reprimidos; ainda que não passivamente, pois são movimentos que possuíam formas próprias de resistência. Mas,

tratando-se especificamente do anticomunismo, o seu delineamento, no Brasil, começa concomitante à Revolução Russa de 1917.

Na construção do anticomunismo foram utilizados argumentos de origem religiosa, especialmente da cristandade católica, de origem liberal e nacionalista. O desenvolvimento do comunismo no país, dos grupos comunistas, a formação do PCB em 1922, a hegemonia dos comunistas sobre outros movimentos de esquerda foi tornando o comunismo o grande inimigo das elites políticas brasileiras e dos conservadores. Visto como um mal capaz de assolar a sociedade por todos os lados, de subverter todas as suas bases, o comunismo foi construído como um inimigo nacional e mundial, com o discurso anticomunista se entranhando profundamente na tradição política brasileira, discurso consolidado especialmente a partir de 1930 e que cumpriu papel essencial nos acontecimentos políticos ulteriormente.

Absolutamente, os momentos principais em que o discurso anticomunista foi mobilizado estão no golpe de Estado de 1937 e no golpe de Estado de 1964. A “ameaça vermelha” foi justificativa fundamental para esses momentos de ruptura institucional. Para assim servir, o discurso anticomunista geralmente extrapolou grotescamente o real perigo do comunismo no Brasil. É essa instrumentalização do discurso anticomunista com móbil para ação política, por mais que a “ameaça vermelha” seja fruto mais de paranoia do que juízo baseado em factulidades, ou seja, sua instrumentalização efetiva como arma o mundo político, tem sido uma constante na história política brasileira. Ainda que o anticomunismo tenha, como vimos, arrefecido em muitos momentos, especialmente no período posterior à Ditadura Militar.

Arrefecido, mas não expurgado, como mostra a existência daqueles que mantiveram viva a chama do anticomunismo e o seu destacado ressurgimento com a onda conservadora do século XXI. No caso particular do Brasil, apontamos que o presidente Jair Messias Bolsonaro e o professor e filósofo Olavo de Carvalho encarnam esse anticomunismo em nossos dias atuais. Mas nossa pesquisa apontou que o uso intensivo da retórica anticomunista no jogo político brasileiro não tem estado em primeiro plano, como ocorreu nos contextos dos golpes de 1937 e de 1964. A mobilização política da sociedade tem ocorrido por meio de outros discursos e ou outros instrumentos, como o discurso antissistema alimentado por episódios de corrupção no país, especialmente os ocorridos nos últimos anos dos governos de esquerda e que pode ser expressado no termo “antipetismo”.

Enfim, se concluímos que o anticomunismo se tornou um discurso de segundo plano na política contemporânea do Brasil, por outro lado se torna inegável o papel que ele cumpriu ao longo da história política do país, especialmente nos períodos de ruptura institucional. Hoje, o

anticomunismo é um de vários instrumentos discursivos utilizados na mobilização da sociedade. Há outros, e todos esses instrumentos tem passado a ser utilizados de formas diferenciadas em nossa Era da Internet.

## REFERÊNCIAS

- BATALHA, C. H. M. **Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva**. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BIAGI, O. L. **O imaginário da Guerra Fria**. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 61-111, 2001.
- DEL ROIO, M. **A gênese do Partido Comunista (1919-1929)**. In: FERREIRA, J.;
- REIS, D. A. **As Esquerdas no Brasil v.1: A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964** (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de M; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- MOREIRA, Danilo Sorato . **Reinvenções do Anticomunismo na Política Externa Brasileira**. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS*, v. 11, p. 187-207, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá de. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O anticomunismo: ontem e hoje**. 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/23648486/A\\_tradi%C3%A7%C3%A3o\\_anticomunista\\_no\\_Brasil\\_ontem\\_e\\_hoje](https://www.academia.edu/23648486/A_tradi%C3%A7%C3%A3o_anticomunista_no_Brasil_ontem_e_hoje)>. Acesso em: 05/09/2021.
- \_\_\_\_\_. **“Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista”**. Disponível em: <[https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO\\_E\\_ANTIPETISMO\\_NA\\_ATUAL\\_ONDA\\_DIREITISTA](https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA)>. Acesso em: 05/09/2021.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. **“Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015.”** *Perseu* 11 (7): 169-80. 2016.
- PUGLIA, L. **O anticomunismo militante de Olavo de Carvalho. SPG08 Direitas no Brasil Contemporâneo**. In: *ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2019. p. 1-24.
- SPINDEL, Arnaldo. **O que é socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1980.

SCHERER-WARREN, I. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política**: Salvador. Cadernos CRH, [online], v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil**. In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras. p.307-321. 2019.

TOLEDO, Edilene. “**A trajetória nos anarquistas no Brasil na Primeira República**”. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

TRONCA, Italo. **Revolução de 1930 a Dominação Oculta** - Col. Tudo É História. Editora, BRASILIENSE.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **As rebeliões de novembro de 1935**. Novos Rumos, São Paulo, ano 21, n.47, 2006.